



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA
Nº ____/____

entre

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CAAGUAZU-PY

e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO – BR

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO**, instituída pela Lei nº 9.295, de 13 de junho de 1990, e transformada em autarquia pela Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997, inscrita no CNPJ nº 77.902.914/0001-72, com sede na Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz, da cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, Brasil, CEP 85.015-430, neste ato representada por seu Reitor, Profº. Dr. Fábio Hernandes, e a **LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CAAGUAZÚ**, com RUC Nº 80049849-6, criada pela Lei Nº 3198/2007, doravante UNCA, com endereço especial na rua Jaime San Just e/ Tuyuti na cidade de Coronel Oviedo, Departamento de Caaguazú, República del Paraguay, neste ato representada por sua Reitora, Profª. Dra. María Gloria Martínez Blanco, nomeada de acordo com a Resolução A.U Nº 001/2023, Ato A.U Nº 001/2023, cientes de que a cooperação entre ambas as instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, resolvem celebrar o presente acordo de cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A UNICENTRO e a UNCA concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de:

I – visitas e intercâmbios de professores, estudantes e pessoal administrativo de cada instituição, com o objetivo de realizar atividades relacionadas à pesquisa, docência, extensão e gestão universitária;

II – formação de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento de projetos conjuntos e programas de



ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA
Nº ____/____

entre

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CAAGUAZU-PY

y

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO – BR

La **UNIVERSIDAD ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO**, creada en la Ley nº 9.295, de 16 de junio de 1990, y con autarquía conferida por la Ley 9.663, de 16 de julio de 1991, entidad de la administración indirecta del Poder Ejecutivo Estadual, investida como persona jurídica de derecho público, reconocida por el Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997, inscrita en el CNPJ Nº 77.902.914/0001-72, ubicada en la Calle Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Barrio Santa Cruz, en la ciudad de Guarapuava, Provincia de Paraná, Brasil, CEP 85.015-430, en este acto representada por su Rector, Profº. Dr. Fabio Hernandes y **LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CAAGUAZÚ**, con RUC Nº 80049849-6, creada por Ley Nº 3198/2007 en adelante UNCA, con domicilio especial en la calle Jaime San Just e/ Tuyuti de la ciudad de Coronel Oviedo, Departamento del Caaguazú, República del Paraguay, representada en este acto por su Rectora, Profª. Dra. María Gloria Martínez Blanco, nombrado según Resolución A.U Nº 001/2023, Acta A.U Nº 001/2023, conscientes de la cooperación entre las instituciones promoverán el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas y culturales, resuelven celebrar el presente acuerdo de cooperación mediante las siguientes cláusulas contractuales y condiciones:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

La UNICENTRO y la UNCA están de acuerdo en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de mutuo interés, por medio de:

I – visitas e intercambios de profesores, estudiantes y personal administrativo de estas instituciones con el objetivo de llevar a cabo actividades relacionadas con la investigación, docencia, extensión y gestión universitaria;

II – formación de grupos de trabajo, la elaboración y el


1/4
Maria Gloria Martínez Blanco
Rectora

- cooperação a curto, médio e longo prazo;
- III – organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;
- IV – cursos de diferentes níveis e categorias;
- V – assessoria técnica;
- VI – facilitar o acesso à infraestrutura de informação e laboratorial das respectivas instituições;
- VII – intercâmbio de informação e publicação acadêmicas, científicas e culturais;
- VIII – mobilidade de professores, estudantes e investigadores;
- IX – cursos e disciplinas compartilhados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação de cada ação específica de cooperação, ambas as instituições deverão preparar conjuntamente um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às respectivas responsabilidades, que será objeto de Termo Aditivo, a ser firmado entre as partes interessadas, com suas próprias regras de execução das atividades.

1º Este Acordo de Cooperação poderá ser aditado por meio de Termo Aditivo, o qual terá efeito de Convênio específico.

2º Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;
- II – metas a serem atingidas;
- III – etapas ou fases de execução;
- IV – cronograma de execução;
- V – detalhamento sobre responsabilidades financeiras.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FINANCIAMENTO

1º Cada instituição deverá envidar todos os esforços para o levantamento de fundos provenientes de fontes internas ou externas, a fim de tornar possível a realização das ações de cooperação.

desarrollo de proyectos conjuntos y programas de cooperación en el corto, mediano y largo plazo;

III – organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;

IV – cursos de diferentes niveles y categorías;

V – asesoramiento técnico;

VI – facilitar el acceso a la infraestructura de información y de laboratorio de las respectivas instituciones;

VII – el intercambio de información y publicaciones académicas, científicas y culturales;

VIII – movilidad de profesores e investigadores;

IX – cursos y asignaturas compartidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – IMPLEMENTACIÓN

Para la implementación de cada caso específico de cooperación, ambas instituciones deberán preparar un programa de trabajo relativo a las formas, a los medios y a las responsabilidades, que será objeto de Enmienda, a ser firmado entre las partes, con sus propias reglas de ejecución de las actividades

1º El presente Acuerdo de Cooperación podrá ser enmendado por Adendum, el cual tendrá efecto de Acuerdo específico.

2º Los planes de trabajo o proyectos aludidos en esta cláusula deberán incluir al menos la siguiente información:

- I – identificación de los actores y las responsabilidades asumidas entre las partes interesadas;
- II – objetivos a alcanzar;
- III – pasos o etapas de ejecución;
- IV – calendario de ejecución;
- V – detalles de las responsabilidades financieras.

CLÁUSULA TERCERA – FINANCIACIÓN

1º Cada institución deberá realizar sus mayores esfuerzos para la recaudación de fondos provenientes de fuentes internas o externas, con el objetivo de hacer posible la realización de los programas de cooperación.


Maria Gloria Martínez Blanco
Rectora
2/4

2º As partes acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso, conforme especificado no § 1º da Cláusula Segunda deste Acordo. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS EXIGÊNCIAS

Os docentes, pesquisadores e estudantes participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação vigorará a partir da data da última assinatura, por um período de cinco anos. Findo o prazo, o Acordo de Cooperação poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Acordo de Cooperação ou um Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TERMO ADITIVO

Quaisquer modificações nos termos deste Acordo de Cooperação, deverão ser efetuadas por meio de Termo Aditivo, devidamente acordado entre as partes signatárias.

§ 2º Las partes acuerdan que podrán compartir los costos involucrados en las diversas actividades de acuerdo con sus normas internas y los acuerdos anteriores y específicas para cada caso, como se especifica en el § 1 de la cláusula segunda del presente Acuerdo. No habrá transferencia de fondos entre las partes.

CLÁUSULA CUARTA – PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades conjuntas de investigación que producen resultados que pueden ser protegidos por derechos de propiedad intelectual deberán indicarse en los proyectos o planes de trabajo relacionados con el Acuerdo de Cooperación. Ambas universidades deberán acordar reglas de articulación para garantizar la inclusión de todos los interesados a las normas establecidas en sus respectivos reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación científica y técnica se puede utilizar sin el acuerdo previo de ambas las partes. La parte que no cumpla con lo acordado en la presente cláusula asume la responsabilidad legal correspondiente.

CLÁUSULA QUINTA – EXIGENCIAS

Los docentes, investigadores y estudiantes participantes de los programas de cooperación, según los términos de este Acuerdo, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora, y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médico-hospitalaria para su permanencia en el exterior.

CLÁUSULA SEXTA – VIGENCIA

Este Acuerdo de Cooperación entrará en vigor a partir de la fecha de la última firma, y se regirá por un período de cinco años. Una vez terminado el plazo, el Acuerdo de Cooperación podrá ser reeditado, con la concordancia de ambas instituciones, mediante un nuevo Acuerdo de Cooperación o un Convenio específico.

CLÁUSULA SÉPTIMA – ENMIENDA

Cualquier modificación en los términos de este Acuerdo de Cooperación, deberá efectuarse por medio de una Enmienda, debidamente acordada entre las partes signatarias.



3/4
Maria Gloria Martínez Blanco
Rectora

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes enviarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador, respeitando os artigos 30 e 31 da Lei n.º 13.140/2015.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.


Prof. Dr. Fábio Hernandez,
Reitor da UNICENTRO.

Guarapuava, Data: 20/03/26

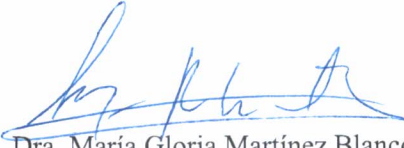
CLÁUSULA OCTAVA – DENUNCIA

El presente Acuerdo podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con antecedencia mínima de 90 (noventa) días. En caso que haya pendencias, las partes definirán, mediante Término de Cierre del Acuerdo, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo involucrados, respetándose las actividades en curso, las cuales serán cumplidas antes de llevar a cabo el cierre, así como cualquier otra responsabilidad u obligación pertinente.

CLÁUSULA NOVENA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para resolver las dudas que puedan surgir en la ejecución e interpretación de este término, las partes se esforzarán por encontrar una solución consensuada. No siendo posible, los convocantes indicarán, de común acuerdo, a un tercero, que actúe como mediador, respetando los artículos 30 y 31 de la Ley n.º 13.140 / 2015.

Y en prueba de conformidad y aceptación, las partes firman el presente término en 2 (dos) ejemplares de igual contenido y a un sólo efecto.


Prof. Dra. María Gloria Martínez Blanco,
Rector de la UNCA.

Coronel Oviedo, Fecha: 20/03/26